



**PROPOSTA DE CRIAÇÃO
DO
PARQUE ESTADUAL
CATARATAS DOS COUROS**

Resumo Executivo

SEMAD, 2020

05 08 2020

Secretária de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Andréa Vulcanis

Subsecretária de Desenvolvimento Sustentável, Proteção Ambiental e Unidades de Conservação

Vanessa Fernanda Schmitt

Superintendente de Unidades de Conservação e Regularização Ambiental

Verônica Theulen

Gerente de Criação e Manejo de Unidades de Conservação

Caio César Neves Sousa

Gerência de Uso Público, Regularização Fundiária e Gestão Socioambiental de Unidades de Conservação

Eric Rezende Kolailat

Equipe Técnica:

Caio César Neves Sousa

Marcelo Alves Pacheco

Eric Rezende Kolailat (socioeconômico)

Gabriel Carneiro de Assis Carvalho (geoprocessamento)

Franciele Pereira Peixoto (apoio de campo meio biológico)

Raquel Rezende de Moraes (apoio socioeconômico)

Tatiana Mara de Castro Agostinho (formatação e revisão textual)

Wesley Júnio de Andrade (formatação e revisão textual)

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	5
2. MEIO FÍSICO.....	5
3. MEIO BIÓTICO (FAUNA E FLORA).....	6
4. MEIO SOCIOECONÔMICO.....	8
4.1 Comunidades tradicionais.....	10
4.2 Assentamento de reforma agrária.....	10
5. CATEGORIA DE MANEJO.....	12
FOTOS.....	13

SUMÁRIO DE MAPAS

Mapa 1. Situação da área da proposta de criação do Parque Estadual dos Couros em relação a outras áreas protegidas da região.....	4
Mapa 2. Assentamento Esusa caracterizando a divisão dos lotes.....	10

1. INTRODUÇÃO

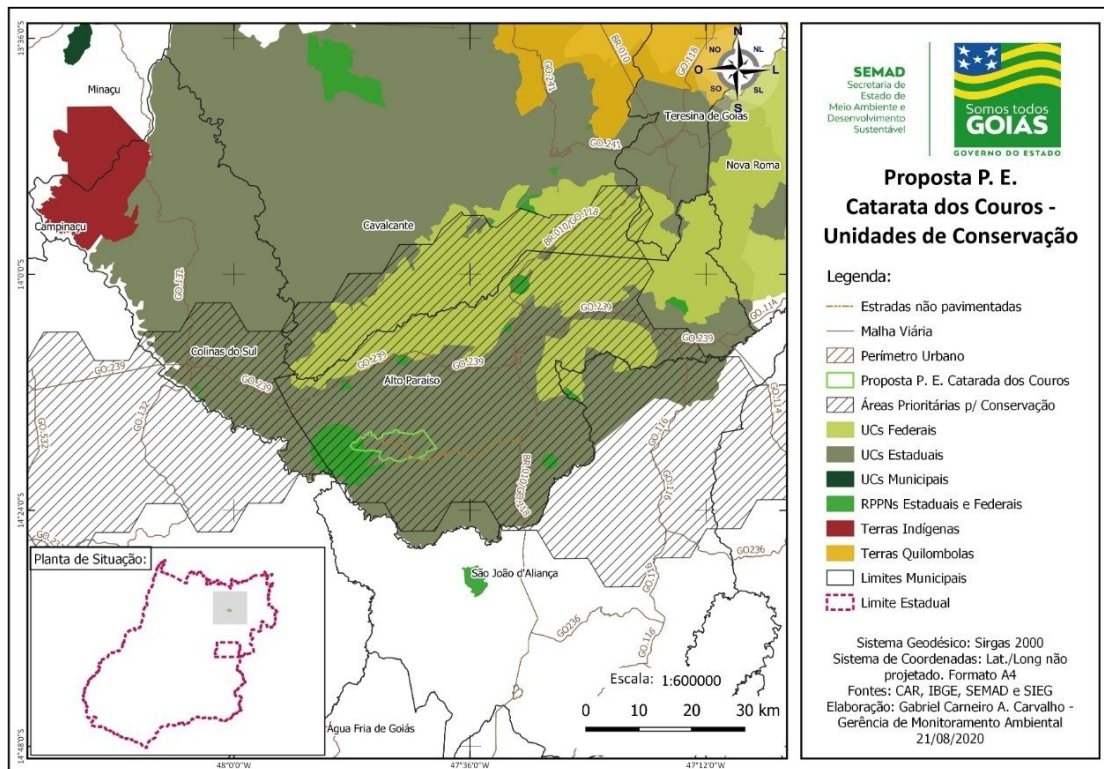
Em julho de 2000, a lei Federal nº 9.985 instituiu o Sistema Brasileiro de Unidades de Conservação - SNUC, que estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação, definidas por essa lei como: espaços territoriais e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.

Essas áreas naturais protegidas, divididas em diversas categorias de manejo, podem ser criadas no âmbito federal, estadual, municipal em terras de domínio público ou privado e objetivam garantir a conservação da biodiversidade nacional.

Com 1/4 da extensão territorial do Brasil, o Cerrado é uma das áreas prioritárias para a conservação, ainda pouco protegida. O estado de Goiás abriga os mais importantes remanescentes de Cerrado do Brasil e tem suas raízes, sua história, e sua cultura intimamente ligada a este bioma.

Este documento é o resumo executivo do Estudo Técnico para a criação do Parque Estadual Cataratas dos Couros.

A área proposta para criação do parque faz parte do patrimônio natural mundial pela UNESCO, reconhecida por sua importância ecológica. Situada no município de Alto Paraíso de Goiás, com 5.682,44 ha, na mesorregião da Chapada dos Veadeiros, considerada uma das áreas prioritárias para a conservação do bioma Cerrado pelo Ministério do Meio Ambiente desde 2007 (Mapa 1).



Mapa 1. Situação da área da proposta de criação do Parque Estadual dos Couros em relação a outras áreas protegidas da região.

2. MEIO FÍSICO

A caracterização do meio físico foi realizada com base em estudos já realizados na região do Projeto Radambrasil e da Superintendência de Geologia e Mineração da Secretaria de Indústria e Comércio do Estado de Goiás, em parceria com o Serviço Geológico do Brasil e a Universidade de Brasília.

A área está inserida na Província Tectônica do Tocantins, abrangendo: Cinturões Paleoproterozóicos, Bacia Intra-continental – Rift Intracontinental Paleo-Mesoproterozóico e Sequência pós-Rift, Bacia de Margem Passiva e Bacia de Antepaís, assim como formações cenozóicas (depósitos aluvionares e coberturas detrítico-lateríticas).

A área de estudo está localizada no Planalto Central Goiano compreendendo as seguintes subdivisões: Planalto Alto Tocantins-Paranaíba, Complexo Montanhoso Veadeiros- Araí e Vão do Paranã.

A porção nordeste de Goiás é caracterizada por temperaturas elevadas durante boa parte do ano e alta amplitude térmica, com 2 estações do clima bem definidas. De outubro a maio, o período chuvoso com pluviosidade de 800 a 1300 mm, e de junho a setembro, característico inverno seco, com baixa pluviosidade e baixa umidade relativa do ar que pode chegar a 10%.

A região apresenta disponibilidade hídrica em 7 meses do ano e déficit em apenas 4 meses (especialmente agosto). O excedente hídrico, que consiste na água que escoar em superfície ou em profundidade, incorporando-se à rede de drenagem, pode atingir 800 mm anuais.

A área da proposta de criação do Parque Estadual Cataratas dos Couros está situada na Bacia Hidrográfica do Alto Tocantins (BAT), que possui uma extensão de aproximadamente 123.800 km², é formada pelas Bacias do Rio Maranhão, do Rio Tocantinzinho e do Rio Paranã. Os recursos hídricos da BAT atendem diretamente a uma população de cerca de um milhão de habitantes e três hidrelétricas de grande porte (Serra da Mesa, Cana Brava e São Salvador), para a geração de energia elétrica, em rede integrada, para todo o país.

3. MEIO BIÓTICO (FAUNA E FLORA)

Os levantamentos de flora e fauna na área de estudo da proposta de criação do Parque Estadual Cataratas dos Couros foram conduzidos no período de 05 a 13 de agosto de 2020, com o objetivo de realizar levantamento qualitativo e contemplaram as principais fitofisionomias existentes na área: campo limpo, campo sujo, cerrado típico, mata de galeria e área degradada (Fotos 10 a 71).

Para a flora, foram realizadas duas expedições de campo com os objetivos de realizar a identificação das fitofisionomias e principais espécies de plantas da área de estudo e levantar informações para aferição e produção de mapas de uso do solo e vegetação.

Na área de estudo, foram observadas matas de galeria ao longo do rio dos

Couros, córrego Jacobeira e outros afluentes do ribeirão São João. Destaque para o registro de uma população de palmito-jussara, espécie ameaçada de extinção, na mata de galeria do córrego Barreiro.

O cerrado sentido restrito é a fitofisionomia que ocupa a maior parte da área de estudo, sendo a matriz que interliga as áreas de campo e de mata. O campo sujo foi encontrado principalmente nas maiores altitudes, em transições suaves com o cerrado sentido restrito e o campo limpo, que foi observado em pequenas áreas, principalmente nas chapadas, com variados níveis de alteração antrópica, especialmente pelo uso de tais áreas como pastagem para gado bovino.

Segundo ICMBio (2020), são registradas para a região do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (PNCV) 31 espécies de plantas raras ou endêmicas e já Ranieri (2012) fez um levantamento e encontrou 21 espécies de plantas ameaçadas de extinção para a região.

O levantamento de mamíferos registrou 10 espécies de mamíferos distribuídas em 07 ordens e 09 famílias, sendo que 04 estão na lista vermelha de animais ameaçados de extinção (Portaria nº 444/2014), todas na categoria vulnerável. Foram registradas 58 espécies de aves distribuídas por 16 ordens e 30 famílias.

Apesar de não registrada nesse estudo é importante destacar a presença do pato-mergulhão, uma das espécies mais raras e ameaçadas de extinção em toda região neotropical. As principais áreas de ocorrência desta espécie no Brasil estão localizadas na Chapada dos Veadeiros, na Serra da Canastra em Minas Gerais e no Rio do Sono no estado de Tocantins (HUGHES et al., 2006; DISCONZI, 2012). Particularmente na Chapada dos Veadeiros, existem registros para espécie nas bacias do Rio Tocantinzinho, Rio dos Couros, Ribeirão São Miguel e Rio Preto.

As amostragens ainda registraram 03 espécies de répteis e 09 espécies de anfíbios, distribuídas em 02 ordens e 07 famílias. Nenhuma das espécies registradas estão nas listas oficiais de espécies ameaçadas de extinção.

Não foram realizados levantamentos de ictiofauna para este estudo, contudo, considerou-se os estudos pré-existentes que apontam que na região do Alto Tocantins

(trecho a montante do encontro do Rio Paranã com o Rio Tocantins), a ictiofauna apresenta um elevado grau de endemismo, sendo encontrado cerca de 40 espécies de peixes endêmicas e são listadas como ameaçadas de extinção nove espécies de peixes.

4. MEIO SOCIOECONÔMICO

O município de Alto Paraíso de Goiás está localizado a 423 km da capital do Estado, Goiânia-GO e 221 km de Brasília –DF. Pode ser acessado pelas rodovias estaduais GO-118 GO-239 (Colinas do Sul), GO-239 e 114 (sentido Nova Roma) e GO-239, 116 e 236 (sentido Flores de Goiás).

Os primeiros registros de ocupação humana na região são de tribos indígenas como os Cayapós, os Xavantes e os Guayazes. Depois vieram os bandeirantes em busca de minas de ouro e escravos foragidos, dando início ao ciclo da mineração nos arredores da região da Chapada dos Veadeiros, que levou ao surgimento de Cavalcante em 1740 (IBGE, 2020; Prefeitura de Alto Paraíso, 2020).

Nessa época, Alto Paraíso de Goiás chamava-se Veadeiros e pertencia a Cavalcante. O local consistia em uma fazenda, fundada por Francisco de Almeida em um pequeno núcleo de colonização. Este nome foi dado por causa do alto número de veados na região (IBGE, 2020; Prefeitura de Alto Paraíso, 2020).

A partir da fundação de Veadeiros, começam a se desenvolver a agricultura e a pecuária para atender a demanda gerada pela descoberta do ouro em Cavalcante. Com o passar do tempo, o ouro foi se esgotando e as lavras sendo abandonadas. Em 1953, pela Lei Estadual n.º 808, de 12-10-1953, Veadeiros se emancipa de Cavalcante e, dez anos depois, pela Lei Estadual n.º 4.685, de 15-10-1963, o município de Veadeiros passou a denominar-se Alto Paraíso de Goiás (IBGE, 2020; Prefeitura de Alto Paraíso, 2020).

Segundo a Secretaria de Planejamento do Estado de Goiás (Seplan, 2011), Alto Paraíso de Goiás é classificado – em termos de indicadores socioeconômicos – no grupo 6, onde estão os municípios com “baixo dinamismo econômico e um grau considerável de carências sociais, além do fato de as prefeituras não terem condições próprias de

implementar políticas públicas compensatórias. As atividades econômicas são de baixo valor agregado, havendo em muitos casos uma agricultura de subsistência principalmente no Norte e Nordeste Goiano.

Segundo dados do IBGE o município possui uma população estimada (2019) de 7.624 habitantes, registrou um grande crescimento populacional nos últimos anos, saindo de 4.193 habitantes, em 1991, para 6.885 habitantes em 2010 (último censo), um aumento de 64,2%.

Há no município um total de 08 estabelecimentos de saúde, sendo 07 públicos e 1 privado.

A pesquisa do índice de desenvolvimento da educação básica (IDEB), mostra que o município de Alto Paraíso atingiu a pontuação de 4,9, em 2017, relativa à 4ª série/5º ano do ensino fundamental. Porém para 8ª série/9º ano, foi registrado uma pontuação de 4,5, ficando abaixo da pontuação do ano anterior (2015= 5,0) e abaixo da meta projetada para o ano de 2017, que era de 5,3.

Alto Paraíso de Goiás apresentava 45,8% dos domicílios com esgotamento sanitário adequado em 2010 e 100% da população atendida com rede de abastecimento de água. A coleta de lixo atendia 79,5% dos moradores, sendo que 63,6% eram atendidos pelo serviço de limpeza urbana em 2011.

O município foi recentemente classificado pela Secretaria de Gestão e Planejamento do Estado de Goiás como detentor de uma economia de pequeno porte – com crescimento intermediário, o que corresponde a municípios com o PIB abaixo de R\$ 80 milhões e taxa nominal de crescimento do PIB no período 2002/2009 entre 88% e 144%.

Seu potencial turístico está relacionado às atividades de ecoturismo, turismo rural, visita a parques, entre outros. O município também é a sede do Arranjo Produtivo Local de Turismo da Chapada dos Veadeiros.

Considerando a produção agrícola de lavouras temporárias no município, nota-se

um aumento gradativo da área colhida, ultrapassando os 70.500 ha. Sendo que a soja teve maior destaque correspondendo a 53,5% da área colhida no município, seguido por feijão (24,5%) e o milho (17,6%). Já para as lavouras permanentes tem se mantido a área de colhida, sendo o café o produto que teve o maior destaque, seguido dabanana.

No município de Alto Paraíso de Goiás, os principais produtos do extrativismo foram o carvão vegetal, a lenha e a madeira em tora.

Os principais rebanhos existentes em Alto Paraíso, eram de galináceos, bovinos, caprinos, equinos, ovinos e suínos, sendo que esse rebanho acumulava cerca de 347.043 cabeças. O destaque foi o rebanho de bovinos que totaliza quase 45%.

O setor primário da economia de Alto Paraíso de Goiás contribuiu com 27,1% do PIB municipal, enquanto o setor secundário contribuiu com 6,2% do PIB municipal. O principal setor da economia do município, especialmente devido ao fato de o município ter se tornado destino místico e turístico há décadas, é o terceiro, com a participação no PIB municipal em 66,6%, em 2017.

4.1 Comunidades tradicionais

De acordo com a Fundação Cultural Palmares, há no município de Alto Paraíso de Goiás uma comunidade remanescente quilombola, o “Povoado Moinho” (Portaria nº 201/2015), que dista aproximadamente 12 km do município de Alto Paraíso de Goiás, e segundo a FUNAI, não há terras indígenas nos limites do município.

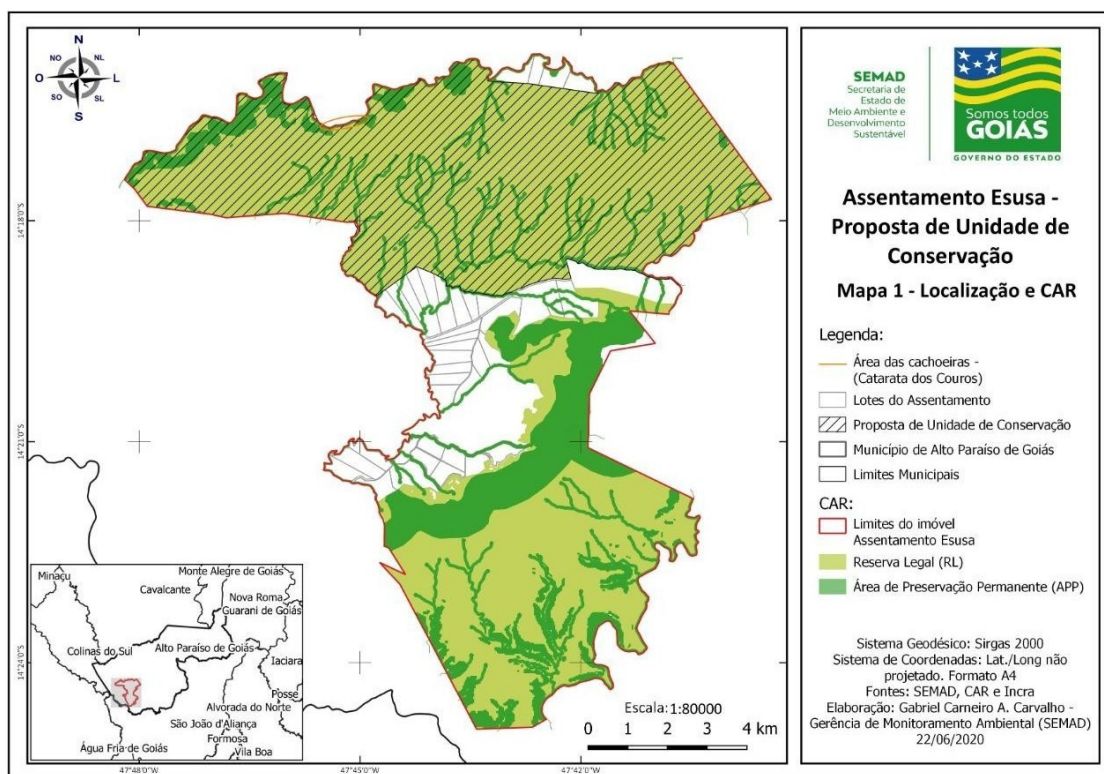
4.2 Assentamento de reforma agrária

Considerando os dados da Superintendência SR-28/Distrito Federal e entorno, há 12.634 famílias assentadas, distribuídas em 206 assentamentos ocupando uma área de 531.797,15 ha. Destes, 02 estão localizados no município de Alto Paraíso de Goiás, sendo o PDS Esusa e o PA Sílvio Rodrigues (INCRA, 2020).

Segundo informações da Superintendência SR-28/Distrito Federal e entorno, o PA Sílvio Rodrigues, criado em 15 de fevereiro de 2005, possui capacidade para 120 famílias e está atualmente com 114 famílias assentadas (INCRA, 2020). Sendo que segundo informações das lideranças locais há 119 famílias assentadas.

Em termos de organização social estão instituídas nestes assentamentos a Associação dos Pequenos e Médios Produtores do Assentamento Sílvio Rodrigues e Região – ASPEMPASRR e a Associação das Lindas Cataratas dos Couros – ALCOUROS.

A área da proposta de criação do Parque Estadual Cataratas dos Couros está inserida em território de assentamento denominado Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Esusa, cuja área decretada como interesse social para fins de reforma agrária foi de 13.884,2796 ha. Até recentemente a área do projeto de assentamento apresentava somente 10.103,9556 ha. Desta área, apenas 16% é ocupada pelo parcelamento, sendo o restante composto em sua maioria, por áreas impróprias às atividades agrícolas, áreas de preservação permanente e reserva legal (Mapa 2).



Mapa 2. Assentamento Esusa caracterizando a divisão dos lotes.

O levantamento de remanescentes de vegetação nativa e áreas consolidadas identificou cerca de 95% da área do PDS Esusa como remanescente de vegetação nativa. Isso significa que o local apresenta baixo nível de antropização.

O PDS Esusa está inserido na Área de Proteção Ambiental de Pouso Alto, unidade de conservação estadual de uso sustentável, criada pelo Decreto nº 5.419, de 07 de maio de 2001. Em uma escala macro, insere-se no Corredor Ecológico Paranaíba-Pirineus e na reserva da Biosfera do Cerrado Fase II, definida como porção representativa do ecossistema pela Unesco devido sua importância biológica, com

elevados índices de biodiversidade e endemismos, existência de fitofisionomias diferenciadas, processos ecológicos únicos, entre outros.

Com a criação de uma unidade de conservação, existem múltiplas possibilidades de uso para ecoturismo para estas comunidades. Desta forma, será um novo paradigma socioeconômico para estas comunidades que serão beneficiadas pela Unidade de Conservação.

5. Categoria de Manejo

Considerando os levantamentos do meio físico, biótico e socioeconômico, a beleza cênica, a raridade e a importância do conjunto das Cataratas dos Couros, as riquezas naturais de significação ecológica e a biodiversidade, a importância da área para o desenvolvimento econômico sustentável regional e a necessidade da conscientização da população quanto à preservação do patrimônio ambiental, cultural, histórico, geológico e sua importância para a pesquisa, o conhecimento de conclui-se que a categoria de manejo indicada é Parque Estadual.

A criação do Parque Estadual das Cataratas dos Couros terá como objetivo principal a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.

6 . Implantação

O Parque Estadual das Cataratas do Couros terá gestão compartilhada com o Município de Alto Paraíso de Goiás, para fins de sua administração e implementação.

A Gestão Compartilhada promoverá a igualdade de atribuições, tanto para o Estado de Goiás, por meio da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, quanto para o Município de Alto Paraíso de Goiás, na gestão do parque, inclusive quanto ao custeio das despesas de implantação e manutenção, somando esforços para a captação dos recursos necessários, quando for o caso.

Para efetivação da Gestão Compartilhada será firmado Termo de Parceria, com objeto formar um vínculo de cooperação entre as partes para o fomento e a execução de atividades de interesse público, tais como defesa, preservação e conservação do meio

ambiente, através da gestão compartilhada do Parque Estadual das Cataratas do Couros e seu entorno.

Após efetivada a criação da unidade de conservação, iniciará a sua implementação, isto é, será instituído o Conselho Consultivo, constituído por representantes de órgãos públicos e de organizações da sociedade civil, sendo garantida uma vaga para o PDS Esusa e uma vaga para o PA Sílvia Rodrigues.

Será realizada a Regularização Fundiária, por meio da formalização da doação da área do INCRA ao governo do estado de Goiás. Como também será elaborado o Plano de Manejo, que definirá o zoneamento e as regras de uso da área, de forma totalmente participativa, cotemplando também o Plano de Uso Público e o Plano de Integração com o Entorno.



Foto 10. *Xolmis velatus* (Lichtenstein, 1823)/noivinha-branca



Foto 11. *Ara ararauna* (Linnaeus, 1758)/arara-canindé



Foto 12. *Rupornis magnirostris* (Gmelin, 1788)/gavião-carijó



Foto 13. *Sporophila nigricollis* (Vieillot, 1823)/baiano



Foto 14. *Theristicus caudatus* (Boddaert, 1783)/curicaca



Foto 15. *Galbula ruficauda* Cuvier, 1816/ariramba



Foto 16. *Sicalis flaveola* (Linnaeus, 1766)/canário-da-terra



Foto 17. *Tangara sayaca* (Linnaeus, 1766)/sanhaço-cinzento



Foto 18. *Monasa nigrifrons* (Spix, 1824)/chora-chuva-preto



Foto 19. *Saltatricula atricollis* (Vieillot, 1817)/batuqueiro



Foto 20. *Colaptes campestris* (Vieillot, 1818)/pica-pau-do-campo



Foto 21. *Mimus saturninus* (Lichtenstein, 1823)/sabiá-do-campo



Foto 22. *Guiraca caerulea* (Gmelin, 1788)/anu-branco



Foto 23. *Zenaidura macroura* (Des Murs, 1847)/avoante



Foto 24. *Rhea americana* (Linnaeus, 1758)/ema



Foto 25. *Pyrocephalus rubinus* (Boddaert, 1783)/príncipe



Foto 26. *Athene cunicularia* (Molina, 1782)/coruja-buraqueira



Foto 27. *Caracara plancus* (Miller, 1777)/carcará



Foto 28. *Eupsittula aurea* (Gmelin, 1788)/periquito-rei



Foto 29. *Cariama cristata* (Linnaeus, 1766)/seriema



Foto 30. *Heterospizias meridionalis* (Latham, 1790)/gavião-caboclo



Foto 31. *Crotophaga ani* Linnaeus, 1758/anupreto



Foto 32. *Polioptila dumicola* (Vieillot, 1817)/balanca-rabo-de-mascara



Foto 33. *Campephilus melanoleucos* (Gmelin, 1788)/pica-pau-de-topete-vermelho



Fotos 34 e 35. *Charitospiza eucosma* Oberholser, 1905/mineirinho (macho e fêmea)



Foto 36. *Xolmis cinereus* (Vieillot, 1816)/primavera



Foto 37. *Zonotrichia capensis* (Statius Muller, 1776)/tico-tico



Foto 38. *Cyanocorax cristatellus* (Temminck, 1823)/gralha-do-campo



Foto 39. *Piaya cayana* (Linnaeus, 1766)/alma-de-gato



Fotos 40 e 41. *Piranga flava* (Vieillot, 1822)/sanhaco-de-fogo (macho e fêmea)



Foto 42. *Antilophia galeata* (Lichtenstein, 1823)/soldadinho



Foto 43. *Emberizoides herbicola* (Vieillot, 1817)/canario-do-campo



Foto 44. *Callithrix penicillata* (É. Geoffroy, 1812)/mico-estrela



Foto 45. *Tapirus terrestris* (Linnaeus, 1758) (fezes)/anta



Foto 46. *Tapirus terrestris* (Linnaeus, 1758) (pegada)/anta



Foto 47. *Mazama sp.* (fezes)/veado/



Foto 48. *Puma concolor* Linnaeus, 1771 (pegada)/onça-parda



Foto 49. *Hydrochoerus hydrochaeris* (pegada)/capivara



Dachau

08-09-2020 23:35:30



Dachau

08-09-2020 05:32:30

Foto 50. *Tapirus terrestris* (Linnaeus, 1758)/antá

Dachau

08-10-2020 00:02:12

Foto 51. *Didelphis albiventris* (Lund, 1840)/gambá



Foto 52. *Nasua nasua* (Linnaeus, 1766)/quati



Foto 53. *Cerdocyon thous* (Linnaeus, 1766)/cachorro-do-mato

Foto 54. *Ameerega flavopicta* (A. Lutz, 1925)Foto 55. *Adenomera cf. juikitam* Carvalho & Giaretta, 2013Foto 56. *Pseudopaludicola sp. 1*Foto 57. *Pseudopaludicola sp. 2*Foto 58. *Scinax fuscovarius* (A. Lutz, 1925)Foto 59. *Barycholos ternetzi* (Miranda Ribeiro, 1937)



Foto 60. Desova de anuro.

Foto 61. *Scinax* sp.Foto 62. *Tropidurus* sp.Foto 63. *Tropidurus torquatus* (Wied, 1820)Foto 64 e 65. *Salvator merianae* (Duméril & Bibron, 1839)



Foto 66. Armadilha fotográfica para registro fauna .



Foto 67. Busca ativa noturna para registro da fauna.



Fotos 68 e 69. Instalação de armadilha fotográfica para registro da fauna.



Fotos 70 e 71. Busca ativa diurna para amostragem da herpetofauna.



Foto 72. Estacionamento de veículos no interior da área de estudo.



Foto 73. Resíduos de ocupações irregulares.



Fotos 74 a 77. Registros de ocupações irregulares recentes na área da proposta de criação do Parque Estadual das Cataratas do Rio dos Couros.



Fotos 79 a 81. Introdução de animais domésticos na área da proposta de criação do Parque Estadual das Cataratas do Rio dos Couros.



Fotos 82 e 83. Incêndio em área limítrofe a área da proposta de criação do Parque Estadual das Cataratas do Rio dos Couros.